

# ARTÍCULOS

## ARTIGOS

### ARTICLES

# A ÉTICA NA INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA

## LA ÉTICA EN LA INSTITUCIÓN PSICOANALÍTICA

## ETHICS IN THE PSYCHOANALYTIC INSTITUTION

Margarida Viñas  
Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre  
ORCID: 0009-0006-9545-4479  
vinasmargarida@gmail.com

**Para citar este artículo / Para citar este artigo / To reference this article**

Viñas M. (2023) A ética na instituição psicanalítica  
Intercambio Psicoanalítico 14 (2), DOI: doi.org/10.60139/InterPsic/14.2.1/  
Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional (CC By 4.0)

# A ÉTICA NA INSTITUIÇÃO PSICANALÍTICA

Margarida Viñas<sup>1</sup>

---

1 Psicanalista. Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Membro associado do Centro de Estudos Psicanalíticos de Porto Alegre - CEPdePA. Escritora.

## RESUMO:

O presente trabalho visa pensar a ética nas instituições psicanalíticas, partindo da premissa de que cabe a estas, uma vez incumbidas de transmitir a psicanálise, adotar uma ética coerente com sua finalidade. Três proposições foram utilizadas como disparadoras, almejando reflexionar sobre as variadas vertentes sob as quais pode se pensar a ética institucional: o *Mênon*, de Platão, para articular a possibilidade de transmissão da ética; o “Mal-estar na Psicanálise”<sup>1</sup>, para ponderar a postura dos psicanalistas; e, por fim, o Seminário 7, de Jacques Lacan (1959-1960), para desenvolver aspectos envolvidos nas relações dentro das instituições.

Palavras-chave:

Ética; Instituição Psicanalítica; *Mênon*; Mal-estar; Seminário 7.

## RESUMEN:

Con el presente trabajo se busca pensar la ética en las instituciones psicoanalíticas partiéndose de la premisa de que cabe a esas, por estar incumbidas de transmitir el psicoanálisis, adoptar una ética coherente con su finalidad. Se utilizaron tres proposiciones como disparadoras de reflexiones sobre las variadas vertientes a partir de las cuales se puede pensar la ética institucional: la obra *Menón*, de Platón, para articular la posibilidad de transmisión de la ética; el libro *Malestar en el psicoanálisis*<sup>2</sup>, para ayudarnos a identificar la postura de los psicoanalistas; y, por último, el *Seminario 7*, de Jacques Lacan (1959-1960), para desarrollar aspectos implicados en las relaciones dentro de las instituciones.

Palabras clave:

Ética; Institución Psicoanalítica; *Menón*; Malestar; Seminario 7.

## ABSTRACT:

This paper aims to think about ethics in psychoanalytic institutions, based on the premise that, once they have the task of transmitting psychoanalysis, they must adopt an ethic that is coherent with their purpose. Three propositions were used as triggers, with the aim of reflecting on the various aspects under which institutional ethics can be thought of: Plato's “The *Ménon*”, to articulate the possibility of transmitting ethics; “*Malaise in Psychoanalysis*”, to consider the attitude of psychoanalysts; and, finally, Jacques Lacan's Seminar 7 (1959-1960), to develop aspects involved in relationships within institutions.

Keywords:

Ethics; Psychoanalytic Institution; *Ménon*; Malaise; Seminar 7.

---

1 Safouan, Julien e Hoffman, 1996.

2 Safouan, Julien y Hoffman, 1996

## I - INTRODUÇÃO

A leitura de “A História do Movimento Psicanalítico”, escrita por Sigmund Freud, em 1914, mostra o quanto as instituições psicanalíticas, desde os seus primórdios, estiveram suscetíveis a turbulências. Pelo relato de Freud, rivalidades, dissonâncias, dissidências e toda a espécie de divergências aparecem, no tocante às sociedades psicanalíticas, já no Congresso de Munique, em 1913, sob a presidência de Jung. Mas podemos pensá-las já presentes na história do Movimento bem antes, quando Freud rompe com Fliess, pela disputa do conceito da bissexualidade; ou, com Breuer, quando há discordância entre as teorias de ambos. Enquanto vivo, Freud conseguiu manter, sob o nome de psicanálise, apenas aquilo que estava consoante com o que propunha. Afastou os dissidentes, tanto assim que Carl Jung emplacou suas ideias sob o nome de “psicologia analítica”; e, do mesmo modo, Alfred Adler, o fez como “psicologia individual”. Com a morte de Freud, a IPA (*International Psychoanalytical Association*), organização internacional fundada por ele ficou de guardiã, responsável pelo seu legado e pela transmissão da psicanálise. Com o rompimento de Jacques Lacan e o que ele denominou sua “extração” da IPA, houve a quebra do monopólio “ipense”, com a possibilidade de abertura de outras instituições, em diversos países. Percebeu-se que a psicanálise era um ofício livre, autônomo, psicanalistas poderiam se reunir e abrir uma nova casa (pelo menos, até alguns Estados começarem a intervir, era dotado de total liberdade que o campo psicanalítico funcionava).

Contudo, uma outra faceta na proliferação das instituições analíticas, desvelada pela proliferação delas, talvez também esteja associada às dificuldades internas dos psicanalistas de se manterem na sua própria instituição de origem, por interesses próprios, dissidências, etc. Geralmente, as rupturas são causadas pelos mesmos motivos que já estavam presentes no texto de Freud de 1914. Mas, ainda mais importante, as instituições psicanalíticas, desde que portem este nome, estão incumbidas da tarefa de transmitir o que Sigmund Freud nos deixou de legado – a psicanálise. Muitas vezes contam com clínicas onde fazem atendimentos e apresentam esse saber e essa experiência a seus pacientes e a um público.

Pensando em todas essas implicações, o presente trabalho visa pensar uma ética possível para as instituições psicanalíticas. Partindo da premissa que o campo psicanalítico está permeado por peculiaridades que lhe são próprias, fazendo com que a instituição psicanalítica não compartilhe alguns modos com os quais se estruturam outras organizações, dividimos o trabalho em três grandes proposições, a saber: 1. Se a ética é algo que se transmite, ou é passível de se transmitir; 2. A postura dos psicanalistas após a formação e perante a instituição; e, 3. A ética na instituição.

Por uma questão de precisão conceitual, esclarecemos que utilizamos o termo “ética”, nos moldes que Lacan a define no último capítulo do seu seminário de 1959-1960. Em 06 de julho de 1960, ele diz que “a ética consiste essencialmente num juízo sobre nossa ação, exceto que ela só tem importância na medida que a ação nela implicada comporta também, ou é reputada comportar, um juízo, mesmo que implícito. A presença do juízo dos dois lados é essencial à estrutura” (Lacan, 1959-1960, p. 364).

## II - PRIMEIRA PROPOSIÇÃO

“Mênnon” é um dos diálogos do início do período intermediário de Platão, no qual não apenas são apresentadas as ideias de Sócrates, mas a boca do velho mestre torna-se veículo de difusão das de sua própria autoria. Estima-se que o encontro de Mênnon e Sócrates, provavelmente ocorrido em um ginásio ou na ágora, tenha ocorrido em fins de janeiro ou começo de fevereiro de 402 a.C.

Mênnon era um jovem de origem nobre que veio à Atenas pleitear apoio político para a Tessália, sua região, envolvida em disputas políticas. Ficou hospedado na casa de Ânito. Sua escolha para compor o diálogo com Sócrates por Platão parece não ter sido aleatória, e sim irônica, já que Mênnon seria um representante daqueles que acredita que virtude tem a ver com poder. Aliás, depois desse diálogo, ele teria partido de Atenas e se juntado a um exército de mercenários para lutar contra Antaxerxes, onde morreu. Ânito, outro personagem que possui uma aparição modesta no diálogo, aparece como anfitrião de Menon em Atenas e, nos fatos históricos, é um dos três acusadores de Sócrates e, pode-se dizer, o mais poderoso deles.

O diálogo trata basicamente de duas aporias: a primeira, sobre a definição da virtude; a segunda, sobre a possibilidade de se transmiti-la. Esse trabalho não é o único em que Platão aborda o tema das virtudes. Os antigos estavam bastante preocupados com essa temática que parece ter caído em desuso atualmente. Mênnon pergunta para Sócrates: - Podes dizer-me, Sócrates: a virtude é coisa que se ensina? Ou não é coisa que se ensina mas que se adquire pelo exercício? Ou nem coisa que se adquire pelo exercício nem coisa que se aprende, mas algo que advém aos homens por natureza ou por alguma outra maneira? (Platão, 2001, p. 19).

Evocamos esse diálogo pela proximidade do campo. Já os gregos estavam preocupados com *isso* (a virtude, mas por que não a ética – ou mesmo a psicanálise?) que não se trata de uma ciência. Ou melhor, que há algo abrangido no campo da experiência, ou do próprio ser, que o saber científico não dá conta. E que não se pode transmiti-lo ao outro como se ensina física ou biologia. Com a virtude – essa era a questão deles – não adianta ensinar: a pessoa pode saber *o que é* a virtude (ou o que é a ética ou o que é a psicanálise) e isso não quer dizer que vai agir de uma determinada maneira na hora certa.

A aporia denota a dificuldade relacionada a este campo onde pretende-se inculcar algo no outro, fazendo do externo algo interno, transmissão onde o conhecimento possa se entranhar não apenas em um saber, nem tampouco em um agir (*know how*), mas em algo do ser do sujeito. Quase algo de pronta resposta, por já estar ali. *Ortho Doxa*, a correta opinião, é o que Sócrates refere no diálogo, algo que está ou não está na pessoa.

### III - SEGUNDA PROPOSIÇÃO

No livro intitulado “O mal-estar na Psicanálise” (1996), Moustapha Safouan, Philippe Julien e Christian Hoffmann afirmam que, na psicanálise, há um mal-estar (na verdade, há vários). E que não se deve fugir de um mal-estar: se deve descrevê-los e analisá-los. A psicanálise se funda no saber inconsciente, que não se didatiza, senão em uma experiência pessoal. Segundo esses autores, o mal não vem da “incongruência desse exercício de palavras”, mas “da natureza do terceiro entre o analista e o analisante” (Safouan e Outros, 1996, p. 10). Afinal, um psicanalista há que ser reconhecido por uma instituição, transitar entre seus pares, para ser considerado um bom analista.

Claro, há o velho aforisma lacaniano de que “o psicanalista só se autoriza de si mesmo” (Lacan, 2003, p. 248). Lacan jamais quis dizer que alguém pode sair por aí se nomeando psicanalista. Vejam que em francês o verbo *autoriser* advém da palavra autor (*auteur*), o agente que pratica a ação: o que pode ser interpretado como criador de um ato, talvez o ato analítico, ou mesmo o instituidor de sua prática. Cuidando de desfazer o equívoco suscitado por sua afirmação, na aula de 09 de abril de 1974, Lacan explica a frase, incluindo terceiros na formação do analista e concluindo que, “se com garantia’ - refere-se aos rituais de formação tradicionais - ‘não se pode ser nomeado à psicanálise, isso não quer dizer que qualquer um possa entrar aí como um rinoceronte na porcelana!” (Lacan, J. 1973-1974, p. 185).

Uma vez posta a imprescindibilidade da instituição, o mal-estar, segundo Safouan, Julien e Hoffman, provém da contradição entre o modelo pelo qual as sociedades selecionam e reconhecem seus candidatos e a novidade da experiência psicanalítica. Esse é o primeiro mal-estar.

Voltando ao aforisma de Lacan (2003, p. 248), “um psicanalista só se autoriza de si mesmo”, interpretado como excludente da instituição, o que ele queria dizer é que o analista é o único responsável pela análise por ele praticada. Os três autores apontam que o “terceiro, que tem de ser reconhecido entre ele e o analisante é primeiramente o Outro, isto é, esse lugar que Freud chama de inconsciente e que tem estrutura de linguagem” (Safouan e Outros, 1996, p. 10). E o que acontece no fim da análise?

E se na análise o sujeito é responsável por seu inconsciente, segundo o enunciado de Freud – *Wo es War, sol Ich werden* -, em contraposição, no fim da partida, o sujeito se faz responsável pela psicanálise. Verdadeiro retorno, pelo qual, ao se autorizar, ele autoriza a psicanálise no mundo (Safouan e outros, 1996, p. 11).

E aqui aparece o mal-estar que realmente nos interessa. Pois, segundo esses os autores, o sujeito pode seguir de duas maneiras como analista. Pela primeira maneira, ele se dirige a um público, com a missão de fazer conhecer a psicanálise e a seu nome. A instituição psicanalítica, torna-se, nesse caso, um trampolim necessário para essa passagem, tal qual uma agência de publicidade, exigindo que cada um faça dela um lugar de militância. "O terceiro é o lugar onde instituir seu próprio renome, sob a égide da psicanálise. Insensatez e canalhice aí se dão as mãos facilmente" (Op. cit., p. 10).

Segunda maneira: o sujeito prossegue como analista com uma orientação bem diferente, livre de um ideal de eu que é sempre ideal de um outro. Mas permite que, desse personagem, esteja sempre destituído. Assim autorizar-se sozinho (sem o ideal de eu) é não estar só, mas compartilhando com seus pares (outros sozinhos) discussões importantes, clínicas, questões de peso, surgidas na prática analítica.

No mal-estar na Psicanálise, os autores trazem uma imagem que bem cabe aqui: Trata-se de um general que após uma batalha vitoriosa acampa com seu exército ao pé de uma montanha. Vendo que mais acima havia um homem sentado, fica furioso. Quem seria aquele que ousaria estar sentado acima dele? O general vai lá e interpela este homem:

- Quem é você, que se permite sentar acima de mim?

O homem responde:

- Perguntai-me quem sou sem dizer-me quem sois?

- Sou o chefe de todo o exército que você está vendo lá embaixo.

- E quem está acima de vós?

- O marechal, naturalmente.

- E acima do marechal?

- Só há o rei acima do marechal.

- E acima do rei?

- Nada está acima do rei.

- Pois eu sou esse nada (Op.cit., p. 34-35).

A fala do homem sinaliza justamente o ponto onde todos somos iguais. Onde é possível a discussão e a troca de ideias sem medo de críticas. Ou, nas palavras dos autores, onde o analista é convidado a dizer a esses iguais, que são colocados por ele (quer ele saiba ou não) na posição do Outro testemunha, algo do que ele aprendeu do seu saber inconsciente, ou do lugar onde ele responde àqueles que a ele se dirigem ou, ainda, se possível, ao que estava em jogo no momento em que ele resolveu ocupar esse lugar (Safouan e outros, 1996, p.35).

Ou seja, a destituição do ideal de eu é necessária para a troca de ideias dentro da Instituição, com a possibilidade de dar contas de sua prática, ouvir críticas e errar, podendo trabalhar na tecitura de novas proposições e teorias.

#### IV - TERCEIRA PROPOSIÇÃO

Lacan talvez tenha sido o psicanalista que mais trabalhou a ética. Além de várias outras oportunidades em que ele se debruçou sobre a questão, nos anos de 1959-60 ele dá esse título ao Seminário daquele ano, sendo o primeiro que ganha um nome que não se refere aos conceitos base da psicanálise. A pergunta de pesquisa que Lacan está se fazendo é, basicamente: Sobre o que fundar uma ética da psicanálise para além da concepção de 'Bem' - seja ela teleológica ou moral?

Procurou-se aqui fazer uma transposição do que Lacan construiu referente à ética da psicanálise, indagando-se se as mesmas perquirições feitas nesta seara serviriam de parâmetro para uma ética institucional, tendo sempre em vista que as instituições psicanalíticas têm como fim a transmissão da psicanálise. Mesmo os que não estão familiarizados com Lacan não tem maiores entraves com esse Seminário, já que a discussão travada se pauta basicamente sobre os pressupostos teóricos estabelecidos por Freud. Lacan convoca também filósofos como Platão, Aristóteles, Heidegger, Kant, Bentham, Spinoza, Pascal e outros para fazer essa discussão.

Trabalhando com a ética, Aristóteles fala de uma certa ordem, que se apresenta primeiro como ciência – uma episteme. Depois, há uma ciência do que deve ser feito, uma ordem que define a norma de um certo caráter, *ethos*. Como submeter-se, adequar-se a esse *ethos*, é a pergunta seguinte. Trata-se, na perspectiva do filósofo grego, da busca de um Bem Supremo, cujo paradigma seria, em última instância uma idealização de um certo ideal humano revestido em uma espécie de mestre antigo, *nous*. Lacan diz que a sua ética não serve de modelo para a psicanálise, por se tratar de uma ética de caráter, de adestramento e de educação.

Freud, diferentemente, articulava a ética em uma certa relação com o real. Por isso, nesse Seminário, Lacan vai retomar a *Das Ding*, a Coisa, do Projeto freudiano, para realçar o pulsional em seus dois lados. Em um deles, é a pulsão de morte que se apresenta cada vez que o Sujeito se aproxima do representante da representação desse objeto que Lacan chamou de fora-do-significado.

No tocante às Instituições, há que ser dispensada a ética Aristotélica, haja vista o contrassenso entre o que seria pregado e o pretendido, ou seja, entre a experiência psicanalítica pautada pela fala e permeada pelo pulsional, e uma ética de ensinamento visando um ideal. Seguindo na sua busca, Lacan evoca Jeremy Bentham, considerado por muitos o pai do utilitarismo - a escola que dizia que "os fins justificam os meios". Alinhada aos termos assim propugnados, uma posição ética seria aquela cujos fins fossem aceitáveis, independente dos meios tomados. Cabe lembrar, no tocante a "fins" seja de análise, seja do sujeito humano, seja de propósitos almejados, que no seu Mal-estar na civilização Freud desvalida toda e qualquer busca da felicidade.



O que almeja uma análise? Como questionar essa ética? Lacan segue se perguntando. Por aqui, a questão é transposta: como pensar a ética de uma instituição psicanalítica? Na esteira dessas indagações, outras vão se revelando... Qual a porcentagem dos que efetivamente se tornam psicanalistas nas Instituições brasileiras? O que nossas Instituições estão vendendo? Referindo-se à promessa de certos psicanalistas de que uma análise bem-sucedida ou feita à termo seria a panaceia para todos os males, Lacan chama de *via americana* essa tentativa de apresentarmos-nos em uma determinada postura de promessa de todos os bens como acessíveis (Lacan, 1959-1960, p. 262).<sup>3</sup>

Lacan apresenta alguns paradoxos com os quais o próprio Freud se deparou, na sua clínica. Um deles é a dificuldade do sujeito de ficar bem, traduzida no além do princípio do prazer – elevado ao mal-estar na civilização. Se a versão subjetiva deste paradoxo é a exigência moral, e quanto mais exigente e severa ela for mais o sujeito se sente culpado; sua versão cultural é o totem e tabu, onde a morte do pai não traz o gozo fácil, mas apenas reforça a proibição (Viñas, 2021).

O prazer e a moral são cotejados para deduzir que esta afirma-se contra aquele. A dualidade prazer-realidade cede lugar a uma nova dupla: prazer e seu mais além, a pulsão de morte. A lei moral, estruturada no simbólico, presentifica o real. Real, aqui, como pulsão de morte.

No que tange às Instituições, a pulsão de morte aparece sob as mais variadas facetas. Muitas vezes, apresenta-se escondida sob atitudes extremamente cuidadosas, sob a rubrica de uma moral que mais pretende atribuir para si todas as virtudes a ao outro as desconfiâncias inquisitórias. Comportamentos que servem, segundo o Mal-estar, apenas para apaziguar a culpa e aplacar a vilania do seu próprio supereu. São conhecidos os efeitos mortíferos causados por esse tipo de conduta nas instituições.

Lacan evoca os dez mandamentos para lembrar que apenas a lei pode fazer-nos viver socialmente. Da *Das Ding*, a Coisa, do Projeto freudiano, só pode restar o representante de uma representação; dela, o Bem seria uma metáfora. A partir do Bem, Lacan lembra o ápice do mandamento ético *amarás ao próximo como a ti mesmo* (que já estava em Freud, no Mal-estar na civilização), apontando que este só pode ser uma falácia. Isso na medida em que só podemos amá-lo (ao próximo) se o mantivermos a nossa imagem e tal qual o desenhamos.

Aí vem uma crítica a boa parcela de psicanalistas, que Lacan (1959-1960, p. 230) denominou de “pastoral analítica”, e que pode ser bem utilizada para pensarmos a ética institucional, nas questões de transferência e identificação. “Pastoral analítica” é a expressão que ele usou ironicamente para se referir aos psicanalistas bonzinhos, interessados no bem de todos, dos colegas, da instituição, mas cujo altruísmo serve como capa para os mais diversos interesses. Vamos voltar a isso mais adiante.

3 Nessa mesma página também fala que os analistas falam apenas do seu desejo de curar os pacientes, sem jamais se referirem ao seu desejo de não curar.

Kant e Sade são contrapostos. Kant, ampliando os mandamentos morais em imposições coercitivas, na qual as ações humanas só podem ser praticadas se valendo como princípios de uma lei universal imposta para todos. Todavia, girando sob o mesmo mandamento do amor a si, a lei moral em sua pureza só pode levar a dor. Sade, do lado oposto, pelo imperativo de gozar a todo custo, só chega ao mesmo lugar.

E o amor, seria lugar de uma ética? Que tal o amor que Lacan chama de amor cortês? Paradigma da sublimação, é apenas uma miragem, dentro de uma relação narcísica. Aliás, a própria sublimação, em seu âmago, em sua inerência, reside no domínio ético, uma vez que, como lembra Lacan (1959-1960), é criadora de um certo número de formas, ou, em outras palavras é formadora de valores socialmente reconhecidos, sempre ligados a ideais determinados.

Lacan retoma Totem e Tabu e Moisés e o Monoteísmo para lembrar a ambivalência nas relações dos filhos com o pai. Assim é que a origem da lei se encarna no assassinato do pai, depois animal-totem, deus isso-ou-aquilo, até um deus que já mataram. Mas, se deus está morto, diz Lacan, é porque “ele nunca foi pai a não ser na mitologia do filho” (Op. cit., p. 213), ou seja, pai é alguém que só existe na mitologia do filho e é nessa que ele ressurgiu mesmo após a sua morte.

Em relação à morte do pai, no tocante às instituições, é possível pensar nos movimentos de ruptura com as origens fundacionais, ou mesmo com estatutos anteriores, diretorias ou gestões, apenas para querer fundar uma nova marca ou imprimir uma certa sucessão geracional. Entretanto, é também consabido que o assassinato do pai faz retornar o amor, após cometido o parricídio. Afinal, o assassinato do pai não abre uma via para o gozo, mas inscreve uma dívida com a lei. Paradoxalmente, o gozo transgressor só é possível se a lei existe, ou seja, apoiando-se na própria enunciação que o proíbe.

Por outro lado, se deus está morto, nada responde por ele... Se a lei está fundada no outro e nada a garante, não há como articulá-la. Não havendo no Outro senão a falta, não há significante que responda por ela, o significante é o significante da morte.

No fim das contas, o pai volta, mais forte que nunca, segundo Lacan, através do enunciado do amor ao próximo. Seria essa uma ética institucional? Partir do *Ama ao próximo como a ti mesmo* voltado para um certo princípio fraternal de uma bem tratar ao colega? Freud (1930(1929)), no Mal-estar na civilização, já havia apontado as incongruências desse princípio, começando pela injustiça que seria conceder o mesmo amor aos que nos amam e àqueles que nada fariam por merecer nosso amor, ou, até mesmo, que dele são indignos. Lacan (1959-1960), por sua vez, assinala que o problema está no *como a si mesmo*. *Amar o próximo como a si mesmo* às vezes é odiar o próximo *como a si mesmo*, desejar o mal *como a si mesmo*, etc. No tocante ao *si mesmo*, as relações com os outros sempre tendem a superdimensioná-lo em vez de diminuí-lo.

No Mal-estar na civilização (1930(1929)), Freud lembra a cota de agressividade que cabe a cada um de nós. Ao fim e ao cabo, até o utilitarismo de Bentham conjugado com a suposta melhor das intenções, serve para disfarçar, sob o manto do altruísmo, o mal desejado por cada um. É no nível do útil que o discurso altruísta deve ser apreciado. Esta é a interpretação cabível, no nível ético, para esse tipo de discurso dentro das instituições.

A agressividade encoberta, face ao mandamento altruísta, se volta contra si mesmo, abastecendo a energia do supereu. O que existe aqui é um jogo de espelhos, já que se o eu é um outro, o outro sou eu. E se ele é igual a mim, tanto faz de quem é a maldade, quem sofre ou inflige sofrimento. O gozo se apresenta então como satisfação de uma pulsão, a pulsão de morte, que aqui ganha uma função criadora.

Ao apresentar o Seminário dos anos 1959-1960, Lacan foi desconstruindo um a um, a moral, o altruísmo, a sublimação e o hedonismo como capazes de responder por uma ética. No fim, ele apresenta Antígona, a tragédia de Sófocles, para pensar a questão do desejo. Trata-se da filha de Édipo, que é, ao mesmo tempo, sua irmã. Moça entre duas posições familiares e simultaneamente entre duas leis: a da família e a da cidade, editada pelo tio. Lacan diz que ela se encontra em uma posição “entre duas mortes”: decidindo ir na direção de seu desejo (e enterrar o irmão), Antígona morre pela letra da lei do tio (é condenada). Ficando ao lado da lei e obedecendo o tio, ela perde uma parte de si, sua parte desejante – o desejo de ter o irmão enterrado conforme os mandamentos divinos. Antígona morre, mas não cede no seu desejo a demandas de ninguém. Agiste em conformidade com teu desejo? É a pergunta que se impõe e com a qual Lacan marca a Ética da psicanálise.

#### IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a dificuldade percebida, já pelos antigos, quanto à transmissão daquilo que ultrapassa o domínio da ciência, ou do saber, posto que o campo epistemológico não suficientemente capaz de abranger todo campo da experiência, coloca-se toda dificuldade no tocante à ética. Estaria ela na mesma alçada da virtude, para a qual Sócrates diz que é apenas por concessão divina que ela provém?

Mesmo que não fossemos tão pessimistas, seria incorrer em uma lógica de Polyana esperar que todos fossem éticos dentro das instituições psicanalíticas. De sua parte, no tocante à instituição psicanalítica, nosso único norte em termos de desejo é **transmitir a psicanálise** – o legado que nos foi passado por Freud: a responsabilidade pelo inconsciente, pela psicanálise, no mundo. Cabe às instituições serem as guardiãs desse legado, se responsabilizarem por ele. Porém, como se defenderem contra os seus próprios membros, no sentido que Safouan, Julien e Hoffman apontaram, servindo-se das instituições como agências publicitárias para angariarem pacientes ou supervisionandos ou mesmo promovendo seu próprio nome: servindo-se das Instituições e não servindo a elas?

Se a ética da psicanálise é a ética do desejo, a Instituição psicanalítica só pode ser demarcada pela sua outra face, a ética da castração. Obviamente, não se trata da castração no sentido de torná-la amarrada ou impotente, pelo contrário. A lei é justamente o que permite desejar. Trata-se de buscar amparo em um regulamento bem escrito, com o princípio bem assentado de que só os atos que tiverem, direta ou indiretamente, como finalidade a transmissão da psicanálise serão válidos.

Transmitir a psicanálise, o legado de Freud, a responsabilidade pelo inconsciente, no mundo é o desejo do qual não podemos ceder. Observe-se a minúcia com que Lacan se refere ao único mandamento ético possível no campo psicanalítico (não ceder do seu desejo):

O que chamo ceder de seu desejo acompanha-se sempre no destino do sujeito (...) de alguma traição. Ou o sujeito trai sua via, se trai a si mesmo, e é sensível para si mesmo. Ou mais simplesmente, tolera que alguém com quem ele se dedicou mais ou menos a alguma coisa tenha traído sua expectativa, não tenha feito com respeito a ele o que o pacto comportava, qualquer que seja o pacto, fausto ou nefasto, precário, de pouco alcance, ou até mesmo de revolta, ou mesmo de fuga, pouco importa.

Algo se desenrola em torno da traição, quando se tolera, quando, impelido pela ideia do bem-quero dizer, do bem daquele que traiu nesse momento – se cede a ponto de diminuir suas próprias pretensões e dizer-se. (...)

Transposto esse limite, em que com um termo vinculei para vocês o desprezo pelo outro e por si mesmo, não há retorno. Pode-se tratar de reparar, mas não de desfazer. Não é esse um fato da experiência que a psicanálise é capaz de nos fornecer uma bússola eficaz no campo da direção ética? (Lacan, 1959-1960, p 375).

#### Referências

- Freud, S. (1914). A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. (1959-1960). *O Seminário*, Livro 7. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1973-1974). *Os não tolos vagueiam*. Publicação não comercial, circulação aos membros do Espaço Moebius. Salvador, Bahia.
- Viñas, M. (2021) *Sobre o Seminário 7. O tempo sombrio que nos afeta – Pensando a ética da psicanálise*. Porto Alegre: Artes e Ecos.
- Safouan, M. e Outros. (1996). *O mal-estar na psicanálise*. Campinas: Papirus.
- Platão (2001). *Mênon*. São Paulo: Loyola.